



**IPC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA**
CNPJ: 00.444.435/0001-25

ATA Nº 12/2020

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DO PRÓ-GESTÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA (IPC), INSTITUÍDA PELAS PORTARIAS IPC/GP Nº 007 E 008/2019, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA MPS Nº 185/2015.

Aos vinte e oito dias de dezembro de 2020, às 9h, por videoconferência, reuniram-se os membros da Comissão do Pró-Gestão para reunião ordinária. Fizeram-se presentes os membros Anderson Mattos, Christiani Maria Vieira, Daniel Nogueira Vargas e Maria Lucas da Silva.

As pautas foram: as reuniões dos dias 7, 14, 21 e 28 de dezembro, para leitura do manual do Pró-Gestão e acompanhamento das ações relacionadas à manutenção da certificação; o Plano de Ação de cada setor referente ao mês de dezembro; o comparecimento ao setor de Perícia dos convocados no concurso do Magistério, edital 02/2016; as publicidades da Política de Investimentos para 2021 e da campanha 'Dezembro Vermelho'; os documentos a serem atualizados e postados no *site* do IPC; e a conclusão da auditoria de supervisão da certificação Pró-Gestão, realizada pelo auditor Uirã.

Por meio das reuniões de leitura do manual Pró-Gestão, a Comissão detectou que um documento importantíssimo estava desatualizado: o Plano de Ação de cada setor. A informação foi passada para a Diretoria Executiva, a qual cobrou dos servidores os devidos planilhamentos, não somente para a confecção do Relatório de Gestão do 2º semestre, como para a organização interna da autarquia e o norteamento dos trabalhos para 2021. A revisão do manual também possibilitou reflexões a respeito da divulgação de alguns temas, tais como: as orientações a serem fornecidas aos convocados no concurso do Magistério, edital 02/2016, quanto ao comparecimento ao setor de Perícia; as publicidades da Política de Investimentos para o próximo ano e da campanha 'Dezembro Vermelho', que aborda sobre a prevenção e tratamento do HIV, da Aids e de outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Para os convocados no concurso, foi confeccionado um *pop-up* para o *site*, além de artes para o Facebook e WhatsApp, contendo todas as informações necessárias para orientá-los. Em relação à Política, o documento foi postado no menu 'Transparência' e a informação foi publicizada em formato de matéria

jornalística, a qual está em destaque na página. Em seu conteúdo, buscou-se explicar de forma leiga a importância da Política, como essa foi elaborada, quem a elaborou e quais as repercussões para os segurados. No tocante à campanha 'Dezembro Vermelho', também foi publicada uma matéria com destaque na página, a qual foi estruturada em formato de perguntas e respostas mais frequentes. Tanto o texto acerca da Política quanto da campanha foram compartilhados no Facebook e WhatsApp.

Também no que diz respeito ao *site* institucional do IPC, foram atualizadas diversas seções, a saber: Pesquisa de Satisfação; Relatório de Investimentos; Atas do Comitê de Investimentos e do Conselho Fiscal; Instituições Financeiras Credenciadas; APR; DAIR; Despesas com Pessoal e Relatório de Avaliação do Passivo Judicial. Alguns documentos que constavam como pendências da certificação Pró-Gestão foram devidamente postados, tais como: o Plano de Trabalho 2021 do Conselho Fiscal; o Relatório de Controle Interno do 3º trimestre de 2020; e as instruções normativas e fluxogramas relativos ao Controle Interno do Sistema de Serviço Social.

Ainda com relação à certificação, foi concluída a auditoria de supervisão pelo auditor Uirã. Em seu relatório, esse deixou explícitas as não conformidades da auditoria anterior, a saber: certificação de gestores da área de risco; estrutura de Controle Interno; certificação avançada para gestor de recursos e mínimo de 5 (cinco) membros para o Comitê de Investimentos; mandato, representação e recondução. Foi evidenciado que o IPC “necessita desenvolver e elaborar um Plano de Capacitação para melhoria dos processos e da gestão previdenciária junto aos seus servidores, dirigentes e conselheiros, contemplando os temas legislação previdenciária, gestão de ativos, conhecimentos de atuária, controles internos e gestão de riscos”. Para que o Plano atinja seus objetivos estratégicos, Uirã apontou que o documento precisa “conter a descrição das atribuições dos cargos, focar em competências e na avaliação periódica por parte da Diretoria Executiva no que diz respeito ao desempenho dos servidores da autarquia”. Também foram mencionadas adequações que precisam ser realizadas nos Relatórios de Investimentos e de Diligência, e a necessidade de um estudo de ALM (*Asset And Liability Management*), que, no contexto da gestão de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), tem como função compatibilizar a estratégia de investimentos da carteira com o fluxo de receitas/despesas previdenciárias, atuarialmente projetado. Além desses pontos, foi citado o não cumprimento do requisito relacionado ao mandato, representação e recondução dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, com um detalhamento do auditor sobre o que necessita ser revisto. Ao fim da auditoria de supervisão, Uirã optou pela manutenção da certificação nível 3 do IPC, porém, com as ressalvas já citadas, as quais serão revistas por ele em visita a ser feita no mês de fevereiro de 2021. É importante ressaltar que o auditor enfatizou no relatório a importância e necessidade da

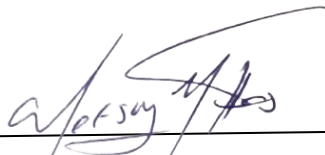
manutenção da Comissão Pró-Gestão, para apoio e orientação quanto às ações que precisam ser solucionadas por cada setor do Instituto.

Com as devidas considerações, a reunião terminou às 11h. Não havendo mais nada a tratar, eu, Christiani Maria Vieira, lavrei a presente ata e, por ser verdade, assino.



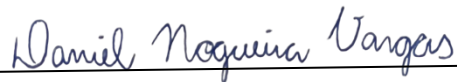
Christiani Maria Vieira

Presidente da Comissão do Pró-Gestão



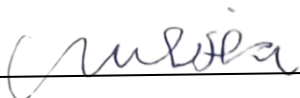
Anderson Mattos

Membro da Comissão do Pró-Gestão



Daniel Nogueira Vargas

Membro da Comissão do Pró-Gestão



Maria Lucas da Silva

Membro da Comissão do Pró-Gestão